



O GÊNERO E A PROFISSÃO DOCENTE: IMPACTOS NA MEMÓRIA DAS NORMALISTAS

Amanda O. RABELO¹

RESUMO:

A memória enquanto instrumento de poder tenta constituir e controlar o indivíduo, inclusive na opção profissional, desta forma destaca-se o fato de existirem ofícios mais procurados por mulheres e outros por homens. Dentre as profissões historicamente destinadas ao gênero feminino, a função de professor envolve um direcionamento histórico, uma memória e justificativas que invocam diferenças biológicas para dizer que é “natural” que a mulher opte por essa profissão. Portanto, neste artigo pretendo analisar as forças que se afrontam na formação da escolha profissional e da memória de algumas normalistas entrevistadas (as alunas dos cursos médios – anterior à graduação – de formação para professoras de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental), provenientes de um Instituto de formação de professores situado em uma zona afastada da cidade do Rio de Janeiro/Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; escolha profissional; memória.

ABSTRACT:

The memory as instrument of power tries to constitute and to control the individual, also in the professional option, thus it is distinguished the existence of works more chosen by women and other for men. Amongst the professions historically destined to the feminine gender, the professor function involves a historical aiming, a memory and justifications that invoke biological differences to say that it is “natural” that the woman opts to this profession. Therefore, in this article I intend to analyze the forces that confront in the formation of the professional choice and the memory of some interviewed “normalistas” (the pupils of the previous courses to the graduation of formation for teachers of elementary education), proceeding from a Institute of formation of professors situated in a zone far from of the city of Rio de Janeiro/Brazil.

KEYWORDS: gender; professional choice; memory.

A sociedade em que vivemos nos impele a ter um trabalho para nos sentirmos dignos de viver nela, esta necessidade decorre de pressões sociais que estão inscritas no poder vigente – exercido sobre o indivíduo a todo o momento no intuito de discipliná-lo, torná-lo útil, produtivo². Jô Gondar (2000) nos esclarece que a memória é um instrumento de poder, de um poder que abrange todas as dimensões em que há um embate de forças, incluindo aí a própria constituição do “eu”. Ou seja, o poder controla a memória e acaba por constituir o eu.

A memória enquanto instrumento de poder tenta constituir e controlar o indivíduo, isso inclui a opção profissional. Na busca por encontrar uma forma de afirmação na sociedade, a parcela

¹ Doutoranda do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro
Departamento de Ciências de Educação – Universidade de Aveiro – Campus de Santiago, 3810-193 – Aveiro – Portugal. E-mail: arabelo@dce.ua.pt

Este artigo contém algumas considerações presentes na minha dissertação de mestrado (RABELO, 2004).

² Michel Foucault, 1979.

mais pobre da população acaba saindo em desvantagem, precisando entrar mais cedo no mercado de trabalho. Uma das maneiras de antecipar a entrada no mercado de trabalho é através dos cursos de nível médio profissionalizante, como o de formação de professores.

Neste contexto, possibilita-se a escolha de vários ofícios (eletricista, professor, faxineiro, pedreiro...). Porém, chama a atenção o fato de alguns serem mais procurados por mulheres e outros por homens. Nas profissões historicamente destinadas ao “gênero”³ feminino, a função de professor é a que mais envolve um direcionamento histórico, uma memória e justificativas que invocam diferenças biológicas para dizer que é “natural” que a mulher opte por essa profissão (BRUSCHINI; AMADO, 1988).

Portanto, neste artigo pretendo analisar a memória envolvida na escolha da carreira docente e os motivos que a influenciam. A memória encaminha sempre para uma escolha, conforme assinala Gondar:

Para que uma memória se configure, se delimite, coloca-se, antes de mais nada, o problema da escolha (seja ela consciente ou inconsciente): entre tantos estímulos diferenciados que nos chegam do mundo, alguns serão investidos a ponto de se tornarem traços mnêmicos, ao mesmo tempo em que outros serão segregados, esquecidos sem que jamais se tenham convertido em memória (2000:36).

A escolha de uma profissão não é somente pessoal, ela pode ser baseada no orgulho próprio, mas depende de condicionamentos sociais mais profundos. Essa escolha, ou orgulho, leva ao esquecimento de outras influências possíveis. Gondar mostra que essa análise deve tentar sempre esclarecer outros fatores:

Não basta supor que a memória dá forma e conteúdo à identidade de um “eu”, de um grupo, sociedade ou nação. Pois admitir a relação de forças entre memória e esquecimento implica admitir o quanto essa grande abstração chamada “identidade” é ficcional, o quanto ela implica numa escolha política — ou “orgulhosa” —, o quanto ela se deve aos nossos interesses práticos. Não podemos falar de memória, articulando-a à identidade, sem inseri-la num afrontamento de forças e sem levarmos em conta que a memória é, antes de mais nada, um instrumento de poder (2000:37).

É essa análise das forças que se afrontam na formação da escolha e da memória das normalistas que pretendo discutir; análise esta que abordar-se-á nas narrativas das normalistas entrevistadas do IESK4 com relação à sua escolha profissional. Nessa memória, a profissão docente, a maternidade, a natureza feminina ficam vinculadas intimamente. Diversas recordações, desde o nascimento, reforçam esse elo. Pretendo, com isso, desenvolver um estudo específico sobre os relatos das normalistas no intuito de averiguar quais foram as forças e os interesses que as levaram a optar pelo magistério.

UMA PROFISSÃO FEMININA

Os modos de ser de homens e mulheres dependem de todo um arcabouço social, cultural e histórico que faz com que a masculinidade e a feminilidade marquem cada pessoa de um determinado local e momento. Isto é assinalado por Denice Catani:

Desde que os seres humanos nascem, a masculinidade e a feminilidade são marcas que identificam cada sexo e são impostas à psique da criança. Toda a vasta gama de elementos que constituem a nossa cultura atuam no desenvolvimento da consciência social de meninas e de meninos. Tanto para homens, quanto para as mulheres,

³ É necessário esclarecer que o termo gênero se refere aos papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher e não à distinção sexual do macho e da fêmea.

⁴ Instituto de formação de professores situado em uma zona afastada da cidade do Rio de Janeiro/Brasil.

modos de ser e de estar no mundo são, portanto, construções históricas e culturais (1997:39).

As “marcas” de gênero repercutem em todas as atividades e em todos os espaços sociais em que a pessoa interage. Tais condicionamentos podem interferir nas escolhas que esse indivíduo terá que fazer durante a sua vida, inclusive na opção profissional.

A quantidade de mulheres que escolhe a profissão do magistério é muito maior que a dos homens que têm optado pela docência. Isso acontece também no IESK onde a proporção de homens que ingressam nesse Instituto é menor que 10% da quantidade de mulheres.

Na legitimação da docência como profissão eminentemente feminina, as instituições da sociedade têm papel importante. Principalmente a família, a escola e a igreja, que muitas vezes limitam a escolha da mulher, impondo forçosamente a opção pela carreira docente.

Neste ponto, Lourenço Filho assinala:

O que há, em relação à escolha da profissão [...] é o resultado da formação social. Idéias, hábitos mentais, longamente firmados desde a infância; tradições da família; bom ou mau conceito local de determinado trabalho; influência direta muitas vezes dos nossos primeiros mestres que tomamos como modelo; modificações de melhoria econômica da profissão — tudo isso pode agir isoladamente ou em conjunto, num dado momento (2001:17).

Assim, as instituições sociais encaminham a mulher para a profissão docente, por exemplo: nos comentários a respeito da profissão “digna” que ela deve escolher; nos valores/costumes que a condicionam e permeiam a sociedade em que ela vive; através da pressão que muitos pais exercem para que a filha seja professora; além do fator econômico na escolha da profissão docente, muito presente no local que se insere o IESK, pois a maioria dos estudantes da instituição tem baixa condição financeira.

A memória das normalistas está marcada pela feminização do magistério⁵; que condiciona a sociedade em geral e acaba por influenciar sua escolha profissional. A feminização ocorreu no magistério não só no aspecto quantitativo, mas também na concepção social da profissão docente que está sempre associada às características femininas, o que talvez incentive sua crescente desvalorização.

A ESCOLHA PROFISSIONAL E SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA SOCIAL

A busca por uma profissão é sempre uma tentativa de unir uma necessidade imposta pela sociedade com algo que a torne prazerosa. Em geral, esse prazer é associado a uma sensação de dever cumprido, a uma ligação emocional com a profissão, ao reconhecimento dado por outrem da importância/eficácia do seu trabalho ou à compensação financeira.

A profissão docente envolve todo um arcabouço histórico-social que alude a uma “vocação”, a uma missão que deveria ser mais importante do que a própria compensação financeira e que influencia o docente a pensar que é um “dom” pessoal, que ele nasceu para isso. Bruschini e Amado analisam a questão:

Embora o encargo da mulher com a socialização infantil seja fruto da divisão sexual do trabalho, diferenças biológicas são invocadas para justificar esse fato como

⁵ Sobre a feminização do magistério ver Silvia Yannoulas (2001).

“natural” (...). Historicamente, o conceito de vocação foi aceito e expresso pelos próprios educadores e educadoras, que argumentavam que, como a escolha da carreira devia ser adequada à natureza feminina, atividades requerendo sentimento, dedicação, minúcia e paciência deveriam ser preferidas. Ligado à idéia de que as pessoas têm aptidões e tendências inatas para certas ocupações, o conceito de vocação foi um dos mecanismos mais eficientes para induzir as mulheres a escolher as profissões menos valorizadas socialmente. Influenciadas por essa ideologia, as mulheres desejam e escolhem essas ocupações, acreditando que o fazem por vocação; não é uma escolha em que se avaliam as possibilidades concretas de sucesso pessoal e profissional na carreira (1988:7).

Algumas questões surgem da reflexão sobre a “vocação inata” da mulher para a profissão docente: será que a mulher nasce para ensinar? Ou esta “vocação” lhe é inculcada desde cedo e de várias formas pela sociedade?

A ESCOLHA BASEADA EM MODELOS SOCIAIS

A sociedade, a cultura como um todo, sinaliza a todo instante quais são os comportamentos esperados e aprovados para homens e mulheres. Por meio da mídia, da literatura e até dos brinquedos, mensagens, imagens e representações complementam o trabalho que consiste em prescrever como as pessoas de cada sexo devem ser e comportar-se (1997: 40).

Os modelos de conduta oferecidos às normalistas no decorrer da sua vida induzem a sua tomada de decisão profissional. Esses modelos que, conforme a epígrafe, são apresentados de várias maneiras e a todo instante, acabam por ditar os comportamentos esperados e aprovados para cada pessoa. As normalistas pesquisadas recebem esses modelos de formas diferentes e agem sobre eles com reações diversas.

O brinquedo, ou a brincadeira⁶, aparece no depoimento de algumas das normalistas, que afirmam que as brincadeiras infantis fomentaram nelas a escolha profissional. Por exemplo, no seguinte trecho: Desde criança eu falava que queria ser professora, brincava muito de escolinha, brincadeira de criança mesmo (normalista Bárbara).

Essas brincadeiras de ensinar e outras associadas à maternidade e aos cuidados domésticos são impostas, imperceptivelmente, ao sexo feminino pelas instituições de nossa sociedade, principalmente pela família. Não podemos esquecer do papel fundamental da mídia atualmente na incorporação de um estereótipo feminino.

A influência de um professor, que serve como exemplo de profissional e de carreira a seguir, também se faz presente na narrativa de muitas normalistas, como exemplo, temos o seguinte relato:

Eu tive essa professora que foi muito legal, nossa! Na minha época de alfabetização então, ela deu aquele choque ali pra gente sentir mesmo o peso. E a minha turma saiu totalmente alfabetizada no C.A.⁷. Então nós sabíamos que nós tínhamos que ler perfeitamente, então aquilo foi, assim, me estimulando né, que é tão gostoso você lidar com criança, saber que pode ajudar ela, e depois vê daqui a uns 6 anos, ela já em cima, e gostando de estudar e progredindo e pensando no futuro (normalista Rafaela).

Esse professor se torna um modelo profissional, um “mito”, que as normalistas pretendem seguir e é um impulso fundamental para a escolha profissional. Goodson ressalta essa influência no trecho a seguir:

Uma característica comum do ambiente sociocultural colhida nas narrativas dos professores é o aparecimento de um professor preferido que influenciou, de modo

⁶ Apresentado na epígrafe como uma das maneiras sociais de levar as pessoas a terem o comportamento esperado

⁷ Classe de Alfabetização.

significativo, a pessoa enquanto jovem aluno. [...] Tais pessoas fornecem um “modelo funcional” e, para além disso, influenciaram provavelmente a visão subsequente da pedagogia desejável, e bem assim, possivelmente, a escolha do próprio curso (1995:72).

Os modelos de professor são veiculados por todos os meios e ambientes de contato das normalistas e fazem com que optem pela carreira docente: se querem ser aquele professor que nenhum aluno gosta; se querem ser como aquele professor que se tornou um ídolo para sua classe, ou conforme um filme, livro ou novela que assistiram.

Todas as instituições sociais que se expandem nos espaços onde as normalistas desenvolvem suas atividades interferem na escolha da profissão em várias etapas da vida e de formas diferentes. Por exemplo, a família tem a capacidade de influenciar em um momento, mas a percepção de um modelo de profissional pode ser mais importante em outra situação. Essa importância é esclarecida por Moita:

O “papel” dos outros espaços de vida em relação à profissão pode ser muito diversificado. Os outros espaços de vida, nomeadamente o espaço familiar e o social, podem ser um “limite”, um “contributo”, um “acessório”, em relação à vida profissional. Mas se estes “papéis” podem ter um caráter dominante, pelo menos em certas etapas da vida, nunca são exclusivos. Não têm um caráter unidimensional (1995:138) (grifos da autora).

Também podemos entender a importância das várias instituições sociais na escolha da carreira docente, e nas relações com uma profissão, no relato de uma normalista sobre o nascimento da sua opção profissional:

Quando eu entrei lá [no IESK] eu ainda não tinha uma certeza do que eu queria, eu entrei aí eu comecei a estudar. Eu comecei a ver que eu gostava realmente daquilo. Me interessei pelas coisas. Comecei a fazer estágio. Quer dizer, aquilo tudo foi despertando em mim uma vontade de ser professora. Então eu abracei mesmo a profissão, né, e to trabalhando nela até hoje. Acho que lá dentro do IESK mesmo eu conheci professores muito bons né, quer dizer, isso te impulsiona você a continuar naquela profissão. Foram os professores de lá mesmo que me deram apoio, e a família, quando eu resolvi entrar pro IESK, eles gostaram, mas não foi uma coisa imposta por eles não, escolha minha mesma (normalista Joyce).

A família tem um papel decisivo na definição da opção profissional de um filho, pois esta serve como exemplo ou indica a carreira que ele deve ou não seguir, impondo, muitas vezes, uma profissão ou proibindo outra. A profissão não é escolhida somente por fatores pessoais, próprios do indivíduo, pois sua escolha é permeada por várias influências sociais, conforme nos demonstra Fontoura:

O que é que levará, por exemplo, a mulher a ser professora? Situar-se-á a escolha ao nível da missão, do amor pelas crianças, da conciliação possível entre a vida familiar e a vida profissional ou ao nível do “desejo” de ensinar? E que significará este desejo de ensinar? Será que tem o mesmo significado para a professora “mãe de família” para a professora “militante” ou para a “feminista”? [...] Neste desejo de ensinar há fatores conscientes e inconscientes responsáveis por uma dualidade permanente. Para lá dos imperativos institucionais ou familiares há imperativos interiores responsáveis por um “contínuo em movimento” e conseqüentemente por realizações sucessivas sempre parcelares e incompletas (1995:176-177).

As indagações feitas por Fontoura sobre o que levará a mulher a ser professora coincidem, de alguma forma, com as questões levantadas pelas normalistas do IESK. Com exceção da junção do trabalho com as atividades domésticas, até mesmo porque esse discurso há um tempo vem deixando de ter validade, pois muitas professoras têm jornada dupla, conciliada com os estudos. Elas

não têm tempo para as atividades domésticas, sendo estas um “fardo”, pois acabam sendo impostas às mulheres, mesmo que estas não disponham de tempo para realizá-las.

Destaca-se aqui que os fatores interiores, que Fontoura ressaltava no trecho citado, são interpelados pelos incentivos, exemplos, ou mesmo imperativos ou imposições familiares. Ou seja, o indivíduo é influenciado pela memória social. Vários relatos das normalistas apresentam exemplos dessa interligação, como no seguinte:

Minha mãe é professora, duas tias minhas, uma já falecida era professora depois passou a ser diretora, a outra tia era professora e agora é escritora... meus pais, eles apoiaram, qualquer profissão, eles sempre falavam vai ser o que você quer porque você tem que fazer o que você gosta pra você fazer com amor. Minha mãe fez normal, ela se formou em 75, acho que foi 75 no IESK mesmo... (normalista Anne).

Percebemos que, apesar da profissão não ser imposta, ela foi estimulada pelo exemplo e pela aceitação dos familiares, que apoiavam qualquer profissão que fosse feita com amor. Um exemplo que provavelmente influenciou a escolha da instituição de ensino também.

Porém, nem todos os relatos mostram uma aceitação pela normalista da escolha incentivada pelos familiares. Algumas normalistas recebem uma imposição dos pais e parentes para que elas estudem o curso normal, e esse imperativo faz com que elas estudem contra sua vontade, simplesmente porque essa foi a única opção que lhes restou:

Nem quando pequena, não me interessei por essa profissão não. Eu tinha duas opções, ou estudava no Brizolão⁸, ou no Sarah Kubitschek, então eu preferi ir pro Sarah Kubitschek. Minha mãe falava pra ir pra uma coisa técnica, que eu ia ter dificuldade depois de ter uma profissão. Para eu ser professora que se eu quisesse, um dia, de repente, eu estudando eu passaria a gostar. Mas não foi bem assim. Não me interessou não. Porque a opção que a gente tinha era o IESK. Até hoje minha mãe acha que eu tinha que ser professora. Mas eu não. É porque não me interessa mesmo. A minha mãe gosta da profissão. Mas a mim não interessa. Quero fazer enfermagem. A minha tia é professora do IESK e de um colégio (normalista Aracele).

A oportunidade de ter um emprego leva a família a incentivar, com veemência, que a moça estude o ensino médio em um curso profissionalizante, técnico, mesmo que este não tenha nada a ver com o seu gosto. Podemos perceber esse desinteresse quando a normalista se refere à docência através da negação: “não me interessei”, “não foi bem assim”, “não me interessou não”. Ou na imposição da frase “eu tinha que ser professora”.

A normalista acaba por aceitar a interferência da família na sua escolha profissional, mas essa aceitação, muitas vezes, não se dá de forma agradável. Algumas entrevistadas afirmaram que a maioria da sua turma não queria seguir a carreira docente. O relato de que muitas normalistas iriam para o estágio “forçadas” demonstra como, muitas vezes, essa escolha era sofrida para muitas alunas.

A opção profissional condicionada pela questão financeira é assinalada por outra normalista, conforme aparece na fala a seguir:

A minha mãe fala assim “ah, é bom que você só estuda, não se preocupa com o serviço e o dia que você tiver que trabalhar, você já tá com o teu formado, porque você vai trabalhar, você já terminou um degrau e você pode trabalhar, se você quiser trabalhar e estudar, vai ser por conta sua”. [Ela] sempre me incentivou muito a procurar, minha mãe fala assim “filha de pobre tem que correr rápido”, então se tem

⁸ Uma escola.

um curso profissionalizante e um 2o grau geral, você prefere fazer o quê? Estudar 3 anos pra fazer uma faculdade? Ou fazer logo um profissional que você já sai dali com técnico em alguma coisa. A minha mãe sempre me incentivou muito a entrar no IESK porque entre os colégios que tinha, o Miécimo da Silva, eu não queria fazer edificações, eu não queria fazer administração, eu não queria fazer contabilidade, que não é muito a minha área. Então, como eu já tava pensando “eu queria ser professora, mas dá pouco dinheiro, eu vou ficar trabalhando, aturando criança, é muito chato, eu acho que não vale a pena” (normalista Rafaela).

A escolha da profissão, nesse caso, acaba sendo feita pela exclusão dos outros cursos profissionais ou técnicos. Acabou “sobrando” o curso normal, como a opção menos desagradável, porém pouco rentável. O fato do IESK ser uma instituição gratuita, próxima e acessível conta também para escolha profissional das normalistas, além de ser uma das únicas opções, o que corrobora com a tese que o magistério ainda é um gueto feminino, principalmente em regiões menos desenvolvidas (BRUSCHINI; AMADO, 1988).

Nos relatos evidencia-se que o estudo do aluno menos favorecido deveria estar vinculado à inserção imediata no mercado de trabalho, não ao gosto pela profissão ou por estudar. Portanto, o magistério aparece como uma formação profissional feita no ensino médio assim, mesmo com os baixos salários dos docentes, a necessidade financeira torna a profissionalização um ato urgente. A frase relatada “filha de pobre tem que correr rápido” demonstra o incentivo familiar para que se tenha uma profissão o mais breve possível.

Os percalços da vida das normalistas as levam para uma escolha que, às vezes, não parece interessante de início, mas que precisa ser descoberta com a ajuda de exemplos, que comumente se atrelam a conceitos de carinho, família e gosto:

Acabou que na 8a. série eu decidi: “mãe, eu vou entrar no IESK, porque a minha tia é professora, ela gosta muito”. E nisso eu havia visitado a escola que minha tia trabalha. Ela dava aula pra uma turminha, eu assisti a aula dela, eu fui lá, vi as crianças. Porque é gostoso também você ver o carinho que as crianças pegam pelo professor, por mais que seja um ano só. No início do ano elas ficam lá emburradas: “Ah, professora muito chata, isso e aquilo”, mas depois elas começam a demonstrar o carinho por você. Eu acabei decidindo entrar pro IESK mesmo porque era o que eu queria e seria melhor que eu estudar o segundo grau geral, estudar química, física, biologia... tudo e, de repente, como a concorrência está tão grande para universidade federal, eu não ia passar, eu teria que entrar num cursinho preparatório pra poder entrar na faculdade, não ia adiantar. Ia ser a mesma coisa: nadar, nadar e nadar e morrer na praia (normalista Rafaela).

É importante refletir aqui sobre a ligação habitual que se estabelece entre o magistério e o “amor”, pois ela, às vezes, significa um disfarce para que a professora não lute por melhores condições trabalhistas, salariais, de formação, conforme nos atentam Bruchini e Amado:

Ao se dar conta de que o magistério não é uma vocação ou um “chamado”, ao qual se atende por ser mulher; ao perceber que o magistério é uma profissão que exige sólida formação pedagógica, esforço, dedicação e competência e espírito de classe, mas à qual, em contrapartida são devidas boas condições de trabalho e remuneração compatível, somente então a professora poderá agir como profissional, buscando o aprimoramento de sua formação, reivindicando melhores condições de trabalho, enfrentando a relação com os alunos com afeto, mas sem o disfarce do amor e pleiteando salários mais justos, através de sua participação em seu órgão de classe (1988:11).

A necessidade de sólida formação do professor contrapõe-se à escolha profissional feminina pela docência motivada por ser esse um curso considerado mais fácil, com menos cobrança e menos disciplinas (conforme relatado acima pela normalista Rafaela). Bruschini e Amado (1988, p. 9) confirmam isso:

Vários dos trabalhos analisados referem-se aos efeitos da lei sobre o antigo curso normal [5692/71], agora “magistério a nível de 2o. grau”. Tais efeitos teriam sido negativos, trazendo para este curso mais e mais alunos e alunas não interessados em se tornar professores/as: teriam feito esta opção para “escapar” de disciplinas presentes nos demais currículos do 2º. grau, ou porque era considerada a alternativa “mais fácil” para obter o certificado de conclusão do 2º. grau. Tratava-se freqüentemente dos estudantes menos bem preparados, e provenientes em grande parte dos estratos mais baixos.

Esta escolha pelo curso “mais fácil” também é associada com um preconceito de que este curso seria destinado às pessoas menos inteligentes – um dos fatores que atrelou a profissão do magistério às classes mais baixas⁹ e que pode também ser um fator de desvalorização salarial. Assim, a professora mulher acaba tendo como atributo o afeto e sendo discriminada como desprovida de inteligência. Por isso, a profissão nas mulheres decorreria dos seus “dons maternais” e não da sua capacidade de aprendizagem:

O campo profissional do magistério de 1º e 2º graus, maciçamente povoado por mulheres, tem sido pródigo na fabricação de representações que capturam as professoras em uma certa “ordem do coração”, historicamente oposta à “ordem da razão”, e que tem contribuído para fortalecer as associações entre gênero feminino e déficits de raciocínio (1999, p. 6) (grifos da autora).

A baixa remuneração leva a maioria das professoras a desejar fazer um curso de professor do ensino secundário¹⁰, é possível tomar como exemplo as faculdades que estão sendo cursadas pelas entrevistadas (Letras, História, Biologia,...). Estes cursos perpetuam a profissão do magistério, são mais baratos e de mais fácil acesso no ensino superior público, possibilitam um ganho maior e/ou uma carga horária menos extensa de trabalho.

As normalistas que escolhem o IESK como instituição educacional não estão movidas apenas por um motivo, mas por todo um arcabouço cultural e social que envolve essa escolha. A memória social registra os preconceitos sobre a profissão docente, mas também pode influenciar uma tentativa de mudança dessa memória submetida ao poder. Captar a memória das normalistas é relevante para que não se perca no tempo tal fonte de conhecimentos e investigações.

ESCOLHA POR GOSTO

Não questiono a opção profissional por “gosto”, pois se me perguntarem porque sou professora, responderei, entre outras respostas, que “eu gosto da profissão”. Porém tenho consciência de que não são os fatores biológicos nem exclusivamente pessoais, que levam uma pessoa a fazer escolhas, principalmente a opção profissional. A memória que se tem na família ou uma pessoa que sirva de modelo pode influenciar na escolha de uma profissão.

O que questiono aqui é o fato das alternativas que se apresentam para as mulheres serem poucas, conforme Yannoulas aponta:

É necessário destacar a legitimidade da escolha das mulheres que, conscientemente, preferem ser donas de casa ou profissionais em áreas femininas por tradição, no caso em que a escolha é verdadeira. Dito de outra forma, quando se baseia no conhecimento de toda a gama de oportunidades e possibilidades de desenvolvimento pessoal inerentes a uma profissão ou ocupação. O que se discute é a restrição das possibilidades oferecidas/percebidas pelas mulheres e não as escolhas baseadas na liberdade pessoal (2001, p. 75).

⁹ As órfãs inicialmente eram as principais destinatárias das escolas normais.

¹⁰ Há a necessidade de cursar um curso superior motivada pela disposição da Legislação que a formação mínima para dar aula seria o nível superior.

A solução para haver condições de igualdade no mercado de trabalho não é estimular as mulheres para ingressarem em ocupações tradicionalmente masculinas e vice-versa. Pois é necessário considerar “as necessidades, saberes e habilidades de cada pessoa, ou os obstáculos culturais que deverão enfrentar, individualmente” (YANNOULAS, 2001, p. 82).

Jane Soares de Almeida destaca que a profissão continua a ser escolhida por mulheres que, apesar de tudo, gostam da profissão, têm amor por ela. Contudo, gostar da profissão não impede de lutar para melhorar as condições de exercê-la:

Se por um lado educar e ensinar é uma profissão, por outro lado, não há melhor meio de ensino e aprendizagem do que aquele que é exercido de um ser humano para outro, isso também é um ato de amor. E indo mais além, gostar desse trabalho, acreditar na educação e nela investir como indivíduo também se configura como um ato de paixão, a paixão pelo possível [...] Talvez resida aí a extrema ambigüidade do ato de ensinar e da presença das mulheres no magistério (1998: 76).

A “extrema ambigüidade do ato de ensinar” está presente na continuidade da mulher no magistério e no seu gosto pela profissão, a mulher não deve deixar de ter amor pela profissão, porém um amor que não seja “cego”, quer dizer, que não a impeça de lutar. Investir no magistério é lutar pelo possível, pela mudança dessa educação que cada vez mais quer cada um no seu “devido lugar”, estagnado e obediente.

É necessário que a subjetivação que a sociedade exerce sobre a mulher não seja maior do que seus impulsos pessoais e a vontade de lutar por ideais. Afinal, não há coisa melhor do que fazer do seu ofício um prazer e um modo de batalhar pelo que se deseja.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.

BRUSCHINI, C.; AMADO, T. **Estudos sobre mulher e educação**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 64, p. 4-13, fev., 1988.

CATANI, D. et al. História, Memória e Autobiografia da Pesquisa Educacional e na Formação. In: CATANI, D. et al. (org.) **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

COSTA, M. V. O magistério e a política cultural de representação e identidade. In: BICUDO, M. A.; SILVA JÚNIOR, C. (Orgs.). **Formação do Educador e Avaliação Educacional**. v. 3, São Paulo: UNESP, 1999. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/faced/neccso/frame10.html> Acesso em: 22 jul. 2003.

FONTOURA, M. M. Fico ou vou-me embora? In: **Vidas de Professores**. António Nóvoa (org.). Porto: Porto editora, 1995.

FOUCAULT, M. (org. e tradução de Roberto Machado). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GONDAR, J. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, I.; GONDAR, J. (org.) **Memória e Espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

GOODSON, I. F. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, A. (org.) **Vidas de Professores**. Porto: Porto editora, 1995.

LOURENÇO FILHO, M. B. **A formação de professores:** da Escola Normal à Escola de Educação. Brasília: INEP/MEC, 2001.

MOITA, M. da C. Percursos de formação e de transformação. In: NÓVOA (org.). **Vidas de Professores.** Porto: Porto editora, 1995.

RABELO, A. O. **A memória das normalistas do Instituto Sarah Kubitschek de Campo Grande/RJ.** Orientada pelo Professor Doutor em Filosofia Michel Angel Barrenechea. Monografia de Mestrado em Memória Social e Documentos. UNIRIO: Rio de Janeiro, 2004 (125 p.)

YANNOULAS, S. C. Notas para a integração do enfoque de gênero na educação profissional. In: VOGEL, A. (Org.) **Trabalhando com a diversidade no PLANFOR.** SP: UNESP, 2001.

Artigo recebido: 17/12/2006

Aprovado: 05/06/2007